

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

**Políticas Públicas para Formação Educacional e Promoção de
Consumo Ambientalmente Sustentável**

Daniela Boza

Passo Fundo
2020

Daniela Boza

Políticas Públicas para Formação Educacional e Promoção de Consumo
Ambientalmente Sustentável

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador:

Prof. Dra. Janine Fleith de Medeiros

Coorientador:

Prof. Dr. Ivan Penteado Dourado

Passo Fundo
2020

CIP – Catalogação na Publicação

B793p Boza, Daniela

Políticas públicas para formação educacional e promoção de consumo ambientalmente sustentável [recurso eletrônico] / Daniela Boza. – 2020.

1.2 Mb. ; PDF.

Orientadora: Profa. Dra. Janine Fleith de Medeiros.

Coorientador: Prof. Dr. Ivan Penteado Dourado.

Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade de Passo Fundo, 2020.

1. Educação ambiental. 2. Política ambiental. 3. Política pública. 4. Consumo sustentável. I. Medeiros, Janine Fleith de, orientadora. II. Dourado, Ivan Penteado, coorientador. III. Título.

CDU: 504.03

Catalogação: Bibliotecária Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364



PPGCIamb
Programa de Pós-Graduação
em Ciências Ambientais

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação:

**“Políticas Públicas e Formação Educacional para Promoção de
Consumo Ambientalmente Sustentável”**

Elaborada por

DANIELA BOZA

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
“Mestre em Ciências Ambientais”

Aprovado em: 18/09/2020
Pela Banca Examinadora

Profa. Dra. Janine Fleith de Medeiros
Presidente da Comissão Examinadora – UPF/PPGCIamb

Profa. Dra. Carla Denise Tedesco
Universidade de Passo Fundo – UPF/PPGCIamb

Prof. Dr. Ilomar Siviero
Instituto de Filosofia Berthier - IFBE

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha gratidão primeiramente, a divindade suprema, causa motora de nossa existência, por ter me mantido na trilha certa durante este tempo de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

Agradeço a minha orientadora Prof. Dra. Janine Fleith de Medeiros e à meu Coorientador Prof. Dr. Ivan Penteado Dourado por aceitarem conduzir o meu trabalho de pesquisa, e contribuírem através de sua sabedoria para meu crescimento pessoal e profissional.

Quero agradecer especialmente a meu esposo Bruno Nadal por sempre ter estado presente e disponível em todos os momentos, no sorriso e na lágrima. Eu lhe agradeço por você ser essa pessoa maravilhosa e esse marido exemplar, em você reconheço como sou abençoada, afortunada e feliz, em todos os momentos você honrou sua promessa em estar lado a lado comigo.

Agradeço também, a todos os meus professores e funcionários do Programa de Pós graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Passo Fundo, pela excelência no atendimento e qualidade profissional de cada um.

A todos, meu muito obrigada!

“Assumir o risco de pesquisar e estudar para obter conhecimento é como ter coragem de abrir uma janela fechada sem saber que paisagem aparecerá”.

(Ivenio Hermes)

RESUMO

BOZA, Daniela. Políticas Públicas para Formação Educacional e Promoção de Consumo Ambientalmente Sustentável. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

Apesar de haver uma grande demanda por produtos ecologicamente corretos, estes, ainda representam um baixo percentual em relação a compra global. Com esse viés, esta dissertação fundamenta-se em questionar se a legislação brasileira é eficiente a ponto de sensibilizar e influenciar o comportamento sustentável do consumidor através de ações educacionais. Esta pesquisa tem dois objetivos principais: (i) Conhecer e analisar estudos que abordam o uso de políticas públicas para a formação educacional centrada na promoção de cidadãos pró-ambientais; e (ii) Conhecer a opinião de especialistas da região de inserção do Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais - PPGCiamb sobre a relevância de políticas públicas para fomentar práticas educacionais que visam a promoção de consumo ambientalmente sustentável. Para alcançar o primeiro objetivo, realizou-se uma busca em artigos, teses e dissertações, que abordassem o uso de políticas públicas no ensino básico como exemplo de práticas pedagógicas. Os resultados mostram que a Educação Ambiental e as Políticas Públicas sobre Meio Ambiente estão inseridas na sala de aula através de metodologias teóricas e práticas, enquanto a Legislação, não é trabalhada diretamente. Para o alcance do segundo objetivo utilizou-se a técnica direta através de entrevistas em profundidade realizada junto a seis especialistas. Os resultados evidenciam a força que a educação tem na aquisição de conhecimento, na conscientização e no despertar de um compromisso responsável frente a essa temática ambiental. Mostra também a necessidade da inclusão da educação ambiental nos currículos escolares, não apenas como disciplina específica, mas através da interdisciplinaridade que o tema proporciona. Esta pesquisa permitiu concluir que a Legislação Brasileira é vista como a principal influenciadora para um consumo sustentável, embora não esteja se mostrando eficiente. Suas contribuições reincidentem tanto para a área ambiental quanto educacional, e sugere-se um aprofundamento de estudos e pesquisas in loco com profissionais de

diferentes áreas do conhecimento em relação a Legislação ambiental compor a matriz curricular das escolas (públicas e privadas) e das universidades.

Palavras-chave: 1. Educação ambiental. 2. Políticas públicas. 3. Consumo sustentável.

ABSTRACT

BOZA, Daniela. Public Policies to Educational Training and Promote Environmentally Sustainable Consumption. Dissertation (Master in Environmental Sciences) - University of Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

Although there is a great demand for environmentally friendly products, these still represent a low percentage in relation to global purchase. With this bias, this dissertation is based on questioning whether Brazilian legislation is efficient to the point of raising awareness and influencing sustainable consumer behavior through educational actions. This research has two main objectives: (i) To know and analyze studies that address the use of public policies for educational training focused on the promotion of pro-environmental citizens; and (ii) Know the opinion of specialists in the region where the Postgraduate Program in Environmental Sciences - PPGCiamb is inserted on the relevance of public policies to promote educational practices aimed at promoting environmentally sustainable consumption. To achieve the first objective, a search was made for articles, theses and dissertations that addressed the use of public policies in basic education as an example of pedagogical practices. The results show that Environmental Education and Public Policies on the Environment are inserted in the classroom through theoretical and practical methodologies, while the Legislation, is not worked directly. To achieve the second objective, the direct technique was used through in-depth interviews with six specialists. The results show the strength that education has in acquiring knowledge, raising awareness and awakening a responsible commitment to this environmental theme. It also shows the need to include environmental education in school curricula, not only as a specific subject, but through the interdisciplinarity that the theme provides. This research allowed us to conclude that the Brazilian Legislation is seen as the main influencer for sustainable consumption, although it is not proving to be efficient. Their contributions recur both for the environmental and educational areas, and it is suggested to deepen studies and research in loco with professionals from different areas

of knowledge in relation to environmental legislation, composing the curricular matrix of schools (public and private) and universities.

Key words: 1. Environmental education. 2. Public policies. 3. Sustainable consumption.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	<i>Tema e objetivos</i>	12
1.2	<i>Justificativa do tema e objetivos</i>	13
1.3	<i>Delineamento do estudo</i>	14
1.4	<i>Método de pesquisa</i>	14
1.4.1	<i>Método de trabalho</i>	15
2	CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
	REFERÊNCIAS	19
	ANEXO	27
	APÊNDICE	28

1 INTRODUÇÃO

A revolução industrial proporcionou a humanidade um forte crescimento econômico, oferecendo a sociedade, condições de atender suas demandas de consumo. De acordo com Baudrillard, (2007), a questão fundamental do capitalismo contemporâneo centra na contradição entre produtividade limitada e necessidade crescente de oferta de produtos. Assim, no paradigma do mundo capitalista, globalizado e consumista, os princípios, valores e comportamentos de grande parte da população estão estruturados na ordem do ter das coisas, das mercadorias (Bauman, 2010). A sociedade atual vive uma espécie de evidência fantástica do consumo e da abundância, decorrente da multiplicação dos objetos, dos serviços, dos bens (Baudrillard, 2007).

Portanto, podemos inferir que o desenvolvimento sustentável não se sustenta no decréscimo econômico decorrente da diminuição da produção e do consumo, conforme afirmam Daly (1996), Billaudot (2003) e Latouche (2007), mas sim no desenvolvimento e na promoção de produtos verdes (Chen, 2013; Peloza et al., 2013; Watkins et al., 2016; Liobikiene et al., 2016). Diante do exposto, deve-se destacar que a pesquisa acadêmica tem abordado, de forma crescente, o comportamento do consumidor visando aumentar o consumo ambientalmente responsável (White et al., 2019). Todavia, embora a academia tenha ampliado na última década as investigações relacionadas ao consumo sustentável, a compra de produtos ecologicamente corretos representa menos de 4% do valor de compra global de produtos (Blok et al., 2015). Além disso, a o aumento da adoção de produtos e subprodutos reciclados, bem como um maior envolvimento em processos como compostagem depende fortemente de mudanças no comportamento dos usuários (da Silva et al., 2019).

Assim sendo, as políticas públicas voltadas para o meio ambiente chamam a atenção do público para a urgência de ações ambientais e refletem uma impressão de comprometimento das autoridades com o problema (Ribeiro et al., 2004). Ainda,

comunicações que trazem informações sobre danos ambientais e suas consequências incitam sentimentos de preocupação, contribuindo assim para o processo de conscientização (Perron et al., 2006), ao mesmo tempo que exemplos de iniciativas que deram certo fortalecem a confiança do indivíduo nas ações ambientais (Maniatis, 2016). Nesse sentido, repensar os padrões atuais de consumo tornou-se uma necessidade premente para governos, entidades de classe, imprensa e organizações (Koller et al., 2011; Prothero et al., 2011). Mais do que isso, faz-se necessário ampliar ações que visam sensibilizar os membros da sociedade para práticas verdes (Pereira, 2013; Young et al., 2015; Carfora et al., 2017).

Considerando o exposto, a próxima seção apresenta o tema e os objetivos deste estudo. Após têm-se as justificativas teóricas que dão suporte à pesquisa, bem como o delineamento metodológico dos estudos realizados. Por fim, a estrutura do trabalho é apresentada.

1.1 Tema e objetivos

O tema da dissertação é Políticas Públicas para Formação Educacional do Cidadão e Promoção de um Consumo Ambientalmente Sustentável.

Através de políticas educacionais, o ensino de Educação Ambiental (EA) demonstra ser um fator determinante e influenciador no comportamento do consumidor na escolha e destinação de produtos ambientalmente sustentáveis. Para Loureiro & Franco (2012) a Educação Ambiental deve ser compreendida não apenas como um instrumento comportamental, mas também, como uma transformação social para se atingir a mudança ambiental, já que tanto no enfoque ambientalista, quanto nas correntes pedagógicas educacionais, há possibilidades educativas de mudança comportamental.

O objetivo principal desta pesquisa é questionar se a legislação brasileira é eficiente a ponto de sensibilizar e influenciar o comportamento sustentável do consumidor através de ações educacionais. Como decorrência do objetivo principal, os objetivos específicos centram-se em:

- 1) Conhecer e analisar estudos que abordam o uso de políticas públicas para a formação educacional centrada na promoção de cidadãos pró-ambientais;

2) Conhecer a opinião de especialistas da região de inserção do PPGCiamb sobre a relevância de políticas públicas para fomentar práticas educacionais que visam a promoção de consumo ambientalmente sustentável.

1.2 Justificativa do tema e objetivos

Considerando que a questão do consumo emerge a partir de um sistema de valores, com função de integração de grupos e controle sociais, sendo uma conduta ativa e coletiva como instituição (Baudrillard, 2007), entendemos que políticas públicas podem favorecer e facilitar práticas de consumo ambientalmente conscientes, a partir da condução de diretrizes educacionais, que primem em seus pilares formativos pela sensibilização dos sujeitos frente a problemática ambiental (Efig & Resende, 2015).

Nesse sentido, surge a necessidade de investigar se a inovação socioambiental pode se tornar uma técnica eficiente no desenvolvimento de práticas de consumo sustentável, atuando na formação ética e responsável do consumidor, para torna-lo capaz de demandar produtos sustentáveis. Isso se confirma na teoria de (Bettes & Belletti, 2016), que trata a questão do aumento do consumismo devido ao avanço do capitalismo, submetendo a situação da degradação ambiental. Portanto, a implementação de políticas públicas e ações sociais voltadas para a proteção do planeta e os tipos de vida que nele existem são fundamentais para contornar esse contexto.

Segundo Alkimin et al. (2019) a Educação do Consumidor (EC) é uma necessidade intrínseca à sociedade de consumo, é preciso fazer com que o indivíduo reflita sobre os seus hábitos de consumo e suas escolhas, respeitando a si mesmos e também às gerações futuras, tornando-os responsáveis e protegidos. Assim se consolida a teoria de (Arnaldo & Santana, 2018), observa que políticas públicas de educação ambiental e processos de mediação em escolas de Ensino Fundamental efetivam ações na prática pedagógica e, na prática, social que direcionam a mudanças de hábitos e atitudes comportamentais. O mesmo acontece para (Poletto et al., 2019) que em sua teoria, as atividades práticas no ensino de educação ambiental oportunizam aos alunos do ensino básico, reflexões sobre sustentabilidade, mobilizando-os a uma conscientização ambiental.

Dessa forma, a aplicação de políticas públicas dentro do contexto educacional para a educação do consumidor se faz necessária, devido o facto de crianças e jovens serem de forma precoce, consumidores de bens e serviços, o que sugere uma atenção maior frente a aprendizagem ao longo da vida, na qual deve ser trabalhado as necessidades e conhecimentos para a promoção de indivíduos críticos, éticos e do bem-estar, no presente e no futuro.

1.3 Delineamento do estudo

Esta sessão contempla os processos metodológicos empregados para a realização deste trabalho. Importante salientar, que para o processo de construção dessa dissertação, dois artigos foram produzidos a fim de responder aos objetivos descritos no item 1.1.

1.4 Método de pesquisa

Com relação ao método utilizado, tendo por referência o objetivo do presente estudo, realizou-se uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Essa orientação é apropriada, uma vez que se deseja obter percepções para desenvolver uma abordagem ao problema (Malhotra et al., 2006). Segundo Norman & Denzin (1994) a pesquisa qualitativa é multimetodológica quanto ao foco, isto é, os pesquisadores estudam as coisas no seu setting natural de uma forma ampla, interpretando assim, fenómenos em termos dos significados que as pessoas lhes trazem.

Esta pesquisa constitui-se em duas fases:

O primeiro artigo caracteriza-se por ser exploratório qualitativo, com pesquisa em dados secundários, isto é, dados apanhados das fontes Scielo e Google Scholar, tais como, livros, artigos, teses e dissertações, cujo objetivo principal volta-se para o descobrimento de ideias, percepções, e de gerar hipóteses mais precisas para um estudo mais aprofundado referente ao tema pesquisado. Segundo Malhotra et al. (2006) os dados secundários são facilmente encontrados, mas, raramente possuem todas as respostas para

o problema em questão, no entanto, ajudam a identificar, definir, e desenvolver concepções de pesquisa, além de, responder a algumas perguntas e testar hipóteses, bem como, interpretar os dados primários com mais critério.

Para o segundo artigo utilizou-se a técnica direta através de entrevistas em profundidade. As entrevistas constituem uma forma não-estruturada e direta de questionário, a qual, incentivou os entrevistados a relatarem suas crenças, atitudes e percepções sobre o problema em estudo. Com relação ao procedimento de análise dos dados, empregou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2000). Dessa forma, primeiramente procedeu-se a separação de cada questão abordada para análise, após, reuniu-se todas as respostas de cada questão em um único item, e, assim, sucessivamente com o restante.

1.4.1 Método de trabalho

A estrutura desta dissertação está distribuída em formato de dois artigos científicos. Este primeiro capítulo apresenta a introdução, discorrendo sobre tema do estudo, objetivos, justificativa e metodologia empregada para o desenvolvimento do trabalho.

O segundo capítulo apresenta o primeiro artigo da dissertação, intitulado “Políticas Públicas para Formação Educacional e Promoção de Consumo Ambientalmente Sustentável”. O objetivo do artigo procura conhecer e analisar estudos que abordam o uso de políticas públicas para a formação educacional centrada na promoção de cidadãos pró-ambientais.

Para que fosse possível responder ao primeiro objetivo desta pesquisa, procurou-se conhecer e analisar estudos que abordam o uso de políticas públicas para a formação educacional centrada na promoção de cidadãos pró-ambientais. Dessa forma, realizou-se uma busca em livros, artigos, teses e dissertações, que abordassem o uso de políticas públicas no ensino básico como exemplo de práticas pedagógicas em prol de um consumo ambientalmente sustentável. Para isso, buscou-se por trabalhos que portassem exemplos de políticas públicas e práticas pedagógicas desenvolvidas dentro do âmbito escolar por

profissionais de diversas áreas. Em seguida, uma triagem de 35 trabalhos encontrados sobre a temática foi realizada com a intenção de obter seguintes quesitos para discussão:

- Autor;
- Objetivo;
- Prática realizada (exemplo de materiais pedagógicos e metodologias executadas);
- Local de aplicação (cenário em que a metodologia foi proposta);
- O público alvo (indivíduos/ano de ensino);
- Resultados Obtidos

O terceiro capítulo aborda o segundo artigo realizado, denominado “Percepção de Especialistas sobre Políticas Públicas e Práticas Educacionais para a Promoção de Consumo Sustentável”. Aqui, buscamos conhecer a opinião de especialistas da região de inserção do Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais (PPGCiamb) sobre a relevância de políticas públicas para fomentar práticas educacionais que visam a promoção de consumo ambientalmente sustentável.

Para que fosse possível atingir o segundo objetivo, procurou-se conhecer a opinião de especialistas da região de inserção do PPGCiamb sobre a relevância de políticas públicas para fomentar práticas educacionais que visam a promoção de consumo ambientalmente sustentável. Para isso, um questionário constituído por seis perguntas referentes ao objetivo principal desta dissertação foi aplicado a seis especialistas. O critério de escolha se deu pela diversidade ideológica encontrada nos diferentes campos de atuação. Justifica-se a escolha destas variáveis no fato de que os fatores pessoais exercem forte interferência nas percepções e posicionamentos dos indivíduos (Solomon, 2016). Quanto ao número de participantes, destaca-se que nas pesquisas qualitativas a importância dos elementos da amostra centra-se na compreensão que a mesma irá permitir das percepções, preferências e comportamento, e não na quantidade de elementos da mesma (Bauer e Gaskell, 2017).

Por fim, o quarto capítulo abordará as considerações finais do estudo, trazendo a resposta ao objetivo geral e aos objetivos específicos propostos no capítulo 1 desta dissertação. Desta forma, além de apresentar um resumo dos principais achados da pesquisa, também discute suas limitações e apresenta sugestões para futuras pesquisas na área.

2 Considerações finais

Em relação ao objetivo principal desta dissertação, que questiona a eficiência da legislação brasileira afim de sensibilizar e influenciar o comportamento sustentável do consumidor através de ações educacionais, identificou-se que a legislação se mostra eficiente ao possuir poder de obrigatoriedade, isto é, ao mesmo tempo que ela te limita ela também ensina, questiona, faz o indivíduo refletir sobre o motivo de tal restrição imposta. No entanto, o cenário atual parece estar padecendo e a legislação não sendo completamente eficiente, isso pois, há programas de educação ambiental, propagandas nas mídia, e diversos outros apelos à questão do consumo consciente, e mesmo assim, há baixa procura por produtos sustentáveis e continuidade na exploração ambiental.

Os resultados do primeiro artigo desta dissertação identificaram o uso de diferentes metodologias pedagógicas, aplicadas no âmbito escolar, para a formação de um cidadão ético e responsável frente a temática ambiental. A execução dessas metodologias se mostraram interdisciplinares e eficientes, aulas teóricas somadas de práticas, contribuem para a formação inicial tanto dos alunos quanto dos professores. Também verificamos que a Legislação não é trabalhada diretamente nas escolas, no entanto, as Políticas Ambientais são esmiuçadas através de datas comemorativas, palestras, integração e participação democrática dos alunos em programas ambientais, construção de protótipos reciclados, hortas orgânicas e outros meios de exposição das leis ambientais. Em suma, a principal contribuição deste primeiro artigo, demonstra o impacto psicossocial que os jovens têm ao entrar em contato com os problemas ambientais locais, conhecer as leis que os regem, irá capacitá-los a serem agentes inibidores e transformadores da sociedade atual consumista.

Os resultados do segundo artigo, cujo objetivo, procurou conhecer a opinião de especialistas da região sobre a relevância de políticas públicas para fomentar práticas educacionais que visam a promoção de consumo ambientalmente sustentável, apontam a Legislação Brasileira como a principal influenciadora para um consumo sustentável. Segundo os relatos obtidos, ela contribui no momento em que implementa leis e as torna obrigatórias. A lei da política nacional de Educação Ambiental é fundamental por desenvolver uma consciência tanto individual quanto coletiva dos cidadãos sobre o meio

ambiente, caracterizada principalmente, por sua praticidade de aplicação que se dá em todos os níveis de ensino inclusive na educação básica. Foi visto também, que para alcançar um equilíbrio entre o direito do homem e o direito da natureza, se faz necessário trabalhar com as práticas ecológicas, assim, o consumidor adquire produtos de qualidade e o direito ambiental faz a indústria descartar adequadamente seus resíduos.

Partindo dos avanços teóricos, têm-se os diferentes tipos de práticas pedagógicas analisadas no artigo um, que permitiram identificar não somente os tipos de metodologias que estão sendo usadas no âmbito escolar em prol de uma consciência ambiental, mas também, as dificuldades encontradas por parte dos professores na sua implementação. Também, as entrevistas realizadas com os profissionais no segundo artigo, permitiram identificar pontos convergentes entre os entrevistados, no caso, a importância da gestão escolar ter contato direto com a Legislação Ambiental. Dessa forma, as contribuições desta dissertação dão margem a novos estudos direcionados a formação continuada de professores, e ao desdobramento da legislação ambiental como conteúdo.

Com relação a implicação prática, espera-se que as instituições de ensino (escolas/universidades) possam desenvolver metodologias ativas cada vez mais inovadoras e aplica-las em sala de aula, um exemplo, jogo do autódromo, que envolve perguntas e respostas sobre o tema proposto com pontuações em grupo (segue modelo anexo 1).

Quanto a sua contribuição social, este trabalho possibilita uma interação com a política, economia, cultura e meio ambiente. Uma vez que oportuniza seus leitores a refletir sobre um vasto campo de possibilidades a serem questionadas e construídas referente as leis ambientais existentes, a educação no país, a economia das indústrias frente a produção sustentável e a construção de valores humanos. Como Freire nos disse “A luta já não se reduz a retardar o que virá ou a assegurar a sua chegada; é preciso reinventar o mundo. A educação é indispensável nessa reinvenção” (Freire, 2004). Percebe-se que a questão ambiental reflete na vida de todos seres vivos existentes, em uma sociedade capitalista cada vez mais tecnológica e produtiva, educar é fundamental para disseminar informações de conscientização e mudança de hábito no cotidiano dos cidadãos. Para que tal mudança ocorra, é preciso analisar a bagagem cultural passada dos indivíduos e trabalha-la no presente momento com as atuais situações (problemas) existentes, para que então, possam surgir soluções e transformações futuras. No momento em que entro em contato com pesquisas que mostram a realidade que as pessoas

enfrentam a cada dia, na mudança por uma sociedade justa e saudável, estou sujeito a mudanças. Portanto, a sociedade atual requer indivíduos que possam intervir nos problemas ambientais globais.

Esta pesquisa caracterizou-se por não ser bibliográfica sistemática (quantitativa), mas, de método narrativo (qualitativa). O estudo limitou-se a nossa região de abrangência do programa PPGCiamb, no entanto, poderia ser ampliado para outras regiões, evoluindo para um questionário em que educadores vinculados a área de formação fundamental, média e superior manifestassem sua opinião. Poderia também, ser realizado estudos in loco, dentro do ambiente escolar, propondo uma educação ambiental técnica através do projeto político pedagógico. Por fim, o construto de um formulário relacionado as políticas municipais e estaduais, para políticos do município, do estado e nacionais poderia ser elaborado, com intuito, de questionar qual a percepção destes indivíduos vinculados (vereadores, deputados) com relação a importância dessa temática. Ou seja, como eles se enxergam enquanto agentes para propor mudanças na legislação.

Referências

- Alkimin, G. D. de, Matos, J. P. de, Queiroz, T. V., & Dornfeld, C. B. (2019). A Educação Ambiental escolar sob a perspectiva dos professores do Ensino Médio (Ilha Solteira, SP). *Revista Brasileira Do Ensino Médio*, 2(0), 68–83. <https://www.phprbraem.com.br/ojs/index.php/RBRAEM/article/view/18>
- Arnaldo, M. A., & Santana, L. C. (2018). Políticas públicas de educação ambiental e processos de mediação em escolas de Ensino Fundamental. *Ciência & Educação (Bauru)*, 24(3), 599–619. <https://doi.org/10.1590/1516-731320180030005>
- Bardin, L. (2000). *Análise de conteúdo* (1st ed.). Edições 70.

- Baudrillard, J. (2007). *A sociedade de consumo* (1st ed.). Edições 70.
- Bauman, Z. (2010). *Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais* (1st ed.). Zahar.
- Baumgartner, F. R., & Jones, B. D. (1993). *Agendas and instability in American politics* (1st ed.). The University of Chicago Press.
- Bettes, J. M., & Belletti, C. (2016). Sociedade de consumo e meio ambiente - as medidas internacionais para a promoção do consumo sustentável. *Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade Nas Relações de Consumo*, 2(2), 168–183. <https://doi.org/10.21902>
- Biasoli, S., & Sorrentino, M. (2018). Dimensions of public environmental education policies: The necessary inclusion of everyday politics. *Ambiente e Sociedade*, 21, 144. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0144r2vu18l2ao>
- Billaudot, B. (2003). Autre development Ou après development? UN examen des termes du débat. In P. Matagne (Ed.), *Le développement durable en question* (pp. 1–47). L'Harmattan.
- Blok, V., Hoffmans, L., & Wubben, E. F. (2015). Stakeholder engagement for responsible innovation in the private sector: Critical issues and management practices. *Journal on Chain and Network Science*, 15(2), 147–164. <https://doi.org/10.3920/JCNS2015.x003>
- Brasil. (2018). *Base nacional comum curricular*. Ministério Da Educação.
- Caiden, N., & Wildavsky, A. B. (1980). *Planning and budgeting in poor countries* (1st ed.). Transaction Publishers.
- Carfora, V., Caso, D., Sparks, P., & Conner, M. (2017). Moderating effects of pro-environmental self-identity on pro-environmental intentions and behaviour: A

multi-behaviour study. *Journal of Environmental Psychology*, 53, 92–99.
<https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2017.07.001>

Chen, Y.-S. (2013). Towards green loyalty: driving from green perceived value, green satisfaction, and green trust. *Sustainable Development*, 21(5), 294–308.
<https://doi.org/10.1002/sd.500>

Chierrito-Arruda, E., Rosa, A. L. M., de Souza Paccola, E. A., da Silva Macuch, R., & Grossi-Milani, R. (2018). Pro-environmental behavior and recycling: Literature review and policy considerations. *Ambiente e Sociedade*, 21.
<https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC0209R3VU18L4AO>

Da Conceição Ferreira Fonseca, M. de J. (2007). A biodiversidade e o desenvolvimento sustentável nas escolas do ensino médio de Belém (PA), Brasil. *Educacao e Pesquisa*, 33(1), 63–79. <https://doi.org/10.1590/s1517-97022007000100005>

Da Silva Sousa, E., & de Carvalho, D. B. (2015). Educação para gestão ambiental: um estudo dos instrumentos propostos pela administração pública federal voltados ao consumo sustentável. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 10(2), 283–300. <http://revbea.emnuvens.com.br/revbea/article/view/4296>

Daly, H. E. (1996). *Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development Environment / economics* (1st ed.). Beacon Press.

Easton, D. (1965). *A framework for political analysis* (1st ed.). Prentice-Hall.

Efing, A. C., & Resende, A. C. L. de. (2015). Educação para o consumo consciente: um dever do Estado. *Revista de Direito Administrativo*, 269(0), 197.
<https://doi.org/10.12660/rda.v269.2015.57599>

Herbert, A. S. (1957). *Comportamento Administrativo* (3rd ed.). USAID.

Iared, V. G., & De Oliveira, H. T. (2017). Walking ethnography for the comprehension

of corporal and multisensorial interactions in environmental education. *Ambiente e Sociedade*, 20(3), 97–114. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC174R1V2032017>

Koller, M., Floh, A., & Zauner, A. (2011). Further insights into perceived value and consumer loyalty: A “Green” perspective. *Psychology & Marketing*, 28(12), 1154–1176. <https://doi.org/10.1002/mar.20432>

Laswell, H. D. (1936). *Politics: Who Gets What, When, How* (1st ed.). Literary Licensing.

Latouche, S. (2007). *Petit traité de la décroissance sereine* (1st ed.). Mille et une nuits.

Lindblom, C. E. (1959). The Science of “Muddling Through.” *Public Administration Review*, 19(2), 79–88. <https://doi.org/10.2307/973677>

Lindblom, C. E. (1979). Still muddling, not yet through. *Public Administration Review*, 39(6), 517–526. <https://doi.org/10.2307/976178>

Liobikiene, G., Mandravickaite, J., & Bernatoniene, J. (2016). Theory of planned behavior approach to understand the green purchasing behavior in the EU: A cross-cultural study. *Ecological Economics*, 125, 38–46. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2016.02.008>

Lynn, L. E., & Gould, S. G. (1980). *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis* (1st ed.). Goodyear. <https://doi.org/10.1177/0739456X8100100106>

Machado Ribeiro da Silva, C., Aristides dos Santos, G., de Carvalho, V., Cristina Feijó de Andrade, I., & Pereira Damásio Maurício, W. (2019). Residência Pedagógica: um diálogo entre a Base Nacional Comum Curricular e a Educação Ambiental. *Revista GepesVida*, 1(9), 86–99. <http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

- Malhotra, N. K., Kim, S. S., & Patil, A. (2006). Common method variance in IS research: A comparison of alternative approaches and a reanalysis of past research. *Management Science*, 52(12), 1865–1883. <https://doi.org/10.1287/mnsc.1060.0597>
- Mancuso, R. D. C. (2014). *Ação civil pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores: Lei 7.347/1985 e legislação complementar* (13th ed.). Thomson Reuters Revista dos Tribunais.
- Maniatis, P. (2016). Investigating factors influencing consumer decision-making while choosing green products. *Journal of Cleaner Production*, 132, 215–228. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.02.067>
- March, J. G., & Olsen, J. P. (1995). *Democratic governance* (1st ed.). The Free Press.
- Mascarenhas, C. M. P. . & R. E. N. (2017). Políticas públicas e meio ambiente ecologicamente equilibrado: a responsabilidade civil estatal decorrente da negligência diante da degradação ambiental. *Revista Direito & Paz*, 2(37), 44–68. <http://www.revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/view/578>
- Mead, L. (1995). Public Policy: Vision, Potential, Limits. *Policy Currents (Newsletter of the Public Policy Section, APSA)*, 68(3). <https://nyuscholars.nyu.edu/en/publications/public-policy-vision-potential-limits>
- Mirra, Á. L. V. (2006). *Impacto ambiental: aspectos da legislação brasileira* (3rd ed.). Editora Juarez de Oliveira.
- Norman, K. Denzin, Y. (1994). *Handbook of qualitative research* (3rd ed.). SAGE Publications.
- Peloza, J., White, K., & Shang, J. (2013). Good and Guilt-Free: The Role of Self-Accountability in Influencing Preferences for Products with Ethical Attributes. *Journal of Marketing*, 77(1), 104–119. <https://doi.org/10.1509/jm.11.0454>

- Pereira, A. O. K., Calgaro, C., & Rodrigues, A. L. (2015). O consumismo e seus reflexos socioambientais no desenvolvimento humano: políticas públicas de educação para o consumo sustentável. In J. S. Bem (Ed.), *As aglomerações industriais do Rio Grande do Sul* (2nd ed., p. 280). EDUCS.
https://www.researchgate.net/profile/Cristina_Martins4/publication/282647987_As_estrategias_de_uso_do_solo_e_a_atracao_de_empresas_inovadoras_nos_municipios_da_regiao_do_Vale_do_Rio_dos_Sinos_o_caso_dos_Municipios_de_Sao_Leopoldo_e_Novo_Hamburgo/links/561
- Pereira, R. D. S. (2013). *Gestão para o Desenvolvimento Sustentável—Desafios e Proposições para a Sustentabilidade Socioambiental* (1st ed.). Globus.
- Perron, G. M., Côté, R. P., & Duffy, J. F. (2006). Improving environmental awareness training in business. *Journal of Cleaner Production*, 14(6–7), 551–562.
<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.07.006>
- Peters, B. G. (1986). *American public policy: promise and performance* (2nd ed.). Chatham House.
- Poletto, R. S., Oliveira, T. E. D., & Alves, D. D. S. (2019). O ensino de educação ambiental na formação de jovens do ensino médio. *37º Seminário de Extensão Universitária Da Região Sul*, 6.
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/199180/UENP - O ensino de Educação Ambiental na formação de Jovens do Ensino Medio corrigido.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Prothero, A., Dobscha, S., Freund, J., Kilbourne, W. E., Luchs, M. G., Ozanne, L. K., & Thøgersen, J. (2011). Sustainable Consumption: Opportunities for Consumer Research and Public Policy. *Journal of Public Policy & Marketing*, 30(1), 31–38.
<https://doi.org/10.1509/jppm.30.1.31>
- Ribeiro, M. J. F. X., Carvalho, A. B. G. C., & Oliveira, A. C. B. (2004). O estudo do

comportamento pró-ambiental em uma perspectiva behaviorista. *Revista Ciências Humanas*, 10(2), 177–182.

Rodrigues, D., & Saheb, D. (2019). A educação ambiental na educação infantil: a partir dos saberes de Morin. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 99(253), 573–588. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i253.3607>

Sabatier, P. A., & Jenkins-Smith, H. C. (1993). *Policy change and learning: An advocacy coalition approach* (1st ed.). Westview Press.

Santos, S. P., & gardolinsk, M. T. (2018). *A importância da Educação Ambiental nas escolas para a construção de uma sociedade sustentável*. Biblioteca Borges de Medeiros.

Silva, A. A., & Jacomini, M. A. (2019). Pesquisa em Políticas Educacionais: escolhas temáticas e fontes em debate (2000-2010) *. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos En Política Educativa*, 4, 1–17. <https://doi.org/10.5212/retepe.v.4.002>

Souza, C. (2006). Políticas públicas: Uma revisão da literatura. In *Sociologias* (Issue 16, pp. 20–45). Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFRGS. <https://doi.org/10.1590/s1517-45222006000200003>

Solomon, M. R. (2016). *O Comportamento do consumidor-: comprando, possuindo e sendo*. Bookman Editora.

Thomas, D. (1984). *Understanding public policy* (5th ed.). Prentice-Hall.

Vecchio, R. C. Del. (2019). Administração escolar: a importância do planejamento estratégico a partir de uma gestão escolar sustentável. In *Livros Publicados - Centro Universitário Ateneu* (1st ed.). FATE. <http://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/livros-uniateneu/article/view/27>

Vilela, M. V. F. (2019). Reflexões sobre o histórico e caminhos da interdisciplinaridade na educação superior no Brasil. *Journal Health NPEPS*, 4(1), 6–15.
<https://doi.org/10.30681/252610103716>

Watkins, L., Aitken, R., & Mather, D. (2016). Conscientious consumers: a relationship between moral foundations, political orientation and sustainable consumption. *Journal of Cleaner Production*, 134, 137–146.
<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.06.009>

White, K., Habib, R., & Hardisty, D. J. (2019). How to SHIFT Consumer Behaviors to be More Sustainable: A Literature Review and Guiding Framework. *Journal of Marketing*, 83(3), 22–49. <https://doi.org/10.1177/0022242919825649>

Wildavsky, A. (1992). *The policy of budgetary process* (2nd ed.). Little and Brown.

Young, W., Davis, M., McNeill, I. M., Malhotra, B., Russell, S., Unsworth, K., & Clegg, C. W. (2015). Changing Behaviour: Successful Environmental Programmes in the Workplace. *Business Strategy and the Environment*, 24(8), 689–703.

ANEXO

Anexo A:

Metodologia Ativa: Verdadeiro ou Falso – AUTÓDROMO

O professor divide a classe em equipes.

Organiza uma listagem de questões sobre o conteúdo estudado.

As questões devem ser frases afirmativas sobre o conteúdo e estarem agrupadas duas a duas, como no exemplo abaixo, onde cada questão pode ser verdadeira (V) ou falsa (F). Assim, as duas juntas permitem quatro respostas possíveis:

VV- As duas questões são verdadeiras

VF- A primeira questão é verdadeira e a segunda falsa

FF- As duas questões são falsas

FV- A primeira questão é falsa e a segunda verdadeira.

Exemplo

A soma de quatro mais sete é onze. Extraíndo-se seis de onze o resultado é quatro.

Resposta: VF

Cada grupo receberá quatro papeletas diferentes, onde aparecem com letras graúdas as alternativas possíveis de respostas (VV-VF-FF-FV).

O professor pode organizar a lousa escrevendo o nome das equipes um abaixo do outro, para marcar os pontos ao lado.

O professor lê a primeira questão dupla. Concede as equipe um espaço de tempo de dez a quinze segundos para optarem por uma das quatro respostas e após esse tempo, dá um sinal avisando que o prazo terminou.

O professor anota a resposta correta na lousa.

APÊNDICE

Apêndice A:

Roteiro de Entrevista:

1. Você percebe relação entre legislação e educação ambiental? De que forma?
2. Como a educação pode contribuir para a formação de um sujeito eticamente responsável em relação ao consumo sustentável?
3. Como a legislação ambiental poderá atuar na educação básica?
4. Na sua opinião, o direito ambiental e o direito do consumidor podem contribuir para um consumo sustentável?
5. Quais as possibilidades e os desafios para uma promoção de consumo sustentável frente as inovações sociais?



PPGCiAmb

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Instituto de Ciências Biológicas - ICB